Medidas Adotadas pelo Governo para Enfrentar a Pandemia

- As medidas fiscais tomadas elevaram o efeito nas contas públicas para R\$ 284 bilhões, equivalente a 3,8% do PIB. O montante envolve o aumento de gastos federais e a redução de receitas, resultando em impacto sobre as contas públicas. O efeito sobre as contas públicas da queda de receitas será de R\$ 13,2 bilhões, montante que o governo deixará de arrecadar com a suspensão ou redução de tributos. O efeito sobre as contas públicas pelo aumento de gastos federais será de R\$ 270,8 bilhões.
- As medidas que não envolvem aumento de gastos ou redução de receitas, como antecipação do décimo terceiro para aposentados e pensionistas, e adiamento de despesas, como os pagamentos para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o governo destinou mais 6,7% do PIB para atenuar a crise provocada pelo coronavírus, atingindo 10,5% do PIB de recursos mobilizados.
- (3) As medidas regulatórias tomadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pelo Banco Central, como renegociações de linhas de crédito e a injeção de R\$ 1,2 trilhão na economia, o governo movimentou mais 35,5% do PIB, totalizando 46% do PIB no combate à pandemia.

Déficit – Estimativas do Ministerio da Economia

Com o impacto fiscal das medidas adotadas, o déficit do Governo (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) subirá para R\$ 467,1 bilhões em 2020. O montante é quase cinco vezes superior ao déficit de R\$ 95,1 bilhões registrado em 2019.

As contas públicas encerrarão o ano com **déficit de 6,18% do PIB**, subindo para **6,64% do PIB** considerando o déficit de 0,41% dos estados e dos municípios e de 0,05% das empresas estatais federais.

Os números são preliminares e consideram a estimativa do governo de que a economia crescerá 0,02% neste ano. O Fundo Monetário Internacional (FMI) projetou retração de 5,3% para o Brasil em 2020. Caso o PIB caia mais do que o previsto pelo governo, a arrecadação será menor, e aumentará o furo nas contas públicas.

Déficits elevados aumentam a dívida pública, que será afetada conforme a duração do isolamento social, e a política monetária a ser praticada.

O Ministerio da Economia elaborou três cenários que variam da estagnação (zero crescimento) e quedas de 1% a 5% no PIB brasileiro em 2020.

Nos cenários criados:

- 1) Com crescimento zero do PIB a DBGG (dívida bruta do governo geral), que em 2019 foi de 75,8% do PIB, encerrará **2020 em 85,4**%, e déficit de R\$ 467 bilhões,
- 2) Com retração de 1% no PIB a DBGG encerrará em **86,4% do PIB**, e déficit de R\$ 477 bilhões,
- 3) Com retração de 5% no PIB a DBGG encerrará em **90,8% do PIB**, e déficit de R\$ 515,5 bilhões.

Estimativas da IFI do Senado Federal

A Instituição Fiscal Independente (IFI), órgão consultivo do Senado, em relatório divulgado **estimou que o** déficit fechará o ano em **R\$ 514,6 bilhões ou 7% do PIB**, e que somente a partir de 2030, o país voltará a obter superávit nas contas. A IFI projeta, queda de 2,2% do PIB em 2020.

Quanto à **dívida bruta do governo geral (DBGG)**, principal indicador usado para comparações internacionais, **a IFI prevê que a mesma aumentará para 84,9% do PIB em 2020**, 87,3% em 2021 e 88,7% em 2022, chegando a 100,2% do PIB em 2030.